

ASSEMBLEIA LESGISLATIVA ESTADUAL

PARECER № 23 15/2025

2º COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROCESSO Nº 986/2025

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA № 1414/2025

AUTOR: Deputado Antônio Albuquerque

RELATORA: Deputada Gabi Gonçalves

RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Ordinária de autoria do Deputado Antônio Albuquerque que dispõe sobre a punição de torcedores envolvidos em brigas de torcida e dá outras providências.

Nos termos da justificativa a presente proposição tem como objetivo coibir atos de violência praticados por torcidas organizadas em eventos esportivos e nas ruas, garantindo a segurança de torcedores, atletas e demais envolvidos.

Remetido à esta 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação, caberá a análise do Projeto em seus aspectos constitucionais e legais, delegando a avaliação do mérito do Projeto às Comissões temáticas específicas desta Casa.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Ao dispor sobro o combate à violência entre torcedores em eventos esportivos, o projeto de Lei se adequa ao artigo 144 da Constituição Federal que atribui ao Estado a responsabilidade por dispositivos que assegurem a segurança da sociedade.

 $\sqrt{}$





ESTADO DE ALAGOAS ASSEMBLEIA LESGISLATIVA ESTADUAL

Art. 144: A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (...)

Já em seus aspectos legais e formais, a preposição apresenta matéria de competência do Estado de Alagoas que poderá ser disposta pela Assembleia Legislativa e proposta por parlamentar, restando plenamente atendidos os requisitos legais de iniciativa e competência, nos termos dos artigos 80 e 86 da Constituição Estadual e 145 e 146 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, assim como encontra-se formalmente regular nos termos do art. 147 do citado Regimento.

CONCLUSÃO DA COMISSÃO

Nestes termos, o projeto de lei n° 1414/2025 preenche os requisitos para sua regular tramitação, opinando por sua APROVAÇÃO sem objeções em seus aspectos legais e constitucionais.

É o parecer.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL, em Maceió, <u>() 9</u>
de <u>Setembro</u> de 2025.
Presidente:
Relatora:
Membro:
Membro:
Membro:
Membro:
Mambro